**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. Contratação de uma empresa para a prestação de serviços contínuos de manutenção de veículos automotores do tipo VAN ADAPTADA em escritório móvel que integram a frota oficial da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).
   2. **DO DETALHAMENTO DO OBJETO** 
      1. Os veículos adquiridos pela DPE/PR são da fabricante Mercedes-Benz, VAN - Modelo Sprinter 417 CDI 14m³, conforme detalhamento do Apêndice I.
      2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS VEÍCULOS
         1. As manutenções recomendadas pelo fabricante foram verificadas com base nas informações contidas no manual do veículo, conforme detalhado a seguir:

| **Linha Sprinter** | **Todos os modelos (exceto Street)** |
| --- | --- |
| Troca de óleo e filtro do motor OM 651 e OM 654 | Cada 20.000 km ou 1 ano |
| Troca de óleo da caixa de mudanças ZF 6S-480 VO | Cada 360.000 km ou 10 anos |
| Troca de óleo do eixo traseiro | Cada 300.000 km ou 10 anos |
| Líquido de arrefecimento | Cada 360.000 km ou 15 anos, o que primeiro ocorrer |
| Fluído para freios | Cada 2 anos |
| Drenagem de filtro de combustível | Sempre que indicado no painel |

| **INTERVALOS DE MANUTENÇÃO** | | |
| --- | --- | --- |
| **Serviços de manutenção** | **Classe de lubrificante** | **Serviço Normal** |
| Troca de óleo e filtro motor OM 651/654 | MB 228.51,  MB 229.51;  MB 229.31,  MB 229.52,  MB 229.71 | Cada 20.000 km (400 h) ou  1 ano, o que ocorrer primeiro |
| Troca de óleo da caixa de mudanças ZF 6S-480 VO | Lubrificante conforme especificação da ZF | Cada 360.000 km ou 10 anos, o que primeiro ocorrer |
| Troca de óleo do eixo traseiro | MB 235.31 | Cada 300.000 km ou 10 anos, o que primeiro ocorrer |
| Troca do produto anticorrosivo/anticongelante para sistema de arrefecimento | MB 325.6 | Cada 360.000 km ou 15 anos, o que primeiro ocorrer |
| Fluido para freios DOT 4 Extra e DOT 4/200 (DOT 5) | MB 331.0 | Cada 2 anos |
| Verificar enchimento (saturação) do filtro de partículas diesel, trocar se necessário | 1ª verificação | Aos 180.000 km |
| Verificações seguintes | Em cada serviço de manutenção |

FONTE: CADERNO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E TERMO DE GARANTIA MERCEDES-BENZ

ITENS MANUTENÇÃO PREVENTIVA – MERCEDES-BENZ

| **PEÇAS PREVENTIVA** | **INTERVALO** |
| --- | --- |
| Filtro de Combustível | Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro |
| Filtro de Óleo | Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro |
| Óleo motor mb gen sae 5w30 – 10 Litros | Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro |
| Anel de vedação | Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro |
| Filtro de Ar 417 | Cada 20.000 km (400 h) ou 1 ano, o que ocorrer primeiro |
| Filtro do habitáculo | A cada dois serviços. |
| Filtro do ar-condicionado | A cada dois serviços. |

* + - 1. **Óleos do Motor:** O óleo do motor e o filtro de óleo devem ser trocados em cada serviço de manutenção, seguindo os intervalos indicados no manual. O período máximo permitido para efetuar a troca do óleo do motor e do filtro de óleo é de 12 meses, independentemente de a quilometragem não ter atingido o limite estabelecido.
      2. **Reabastecimento de ARLA 32:** O ARLA 32 é um fluido solúvel em água para o pós-tratamento dos gases de escape NOx de motores diesel. Para o funcionamento adequado do pós-tratamento dos gases de escape, utilize o ARLA 32 somente de acordo com a ISO 22241. A autonomia indicada de ARLA 32 depende, em grande parte, do estilo de condução e das condições de serviço. Por essa razão, a autonomia real pode ser diferente da autonomia calculada.
      3. A cada manutenção preventiva, deverão ser verificados os seguintes itens:

● Conferência dos níveis de todos os fluidos nos seus respectivos reservatórios, visando identificar possíveis vazamentos de água, óleo e combustível.

● Verificação das luzes e lâmpadas, bem como do sistema elétrico do veículo.

● Inspeção das paletas do limpador de para-brisa para garantir seu funcionamento adequado.

● Avaliação do desgaste e verificação da pressão dos pneus.

● Avaliação dos Sistemas de frenagem e suspensão;

● Avaliação dos demais itens de segurança.

● Observação dos indicadores no painel de instrumentos para identificar qualquer sinal de anomalia.

* + - * 1. Essas práticas visam assegurar o correto funcionamento e a manutenção preventiva dos veículos, contribuindo para a segurança, eficiência e durabilidade dos mesmos. Essa abordagem proativa pode minimizar problemas potenciais e manter os veículos em condições operacionais ideais.
      1. Entende-se por:
         1. **Peças genuínas -** São peças de reposição que seguem as mesmas especificações e características técnicas exigidas para a peça utilizada na linha de montagem do veículo. Elas são apresentadas exclusivamente na embalagem da marca, e sua comercialização ocorre somente nas redes de concessionárias autorizadas.
         2. **Peças originais -** São aquelas que se apresentam como substitutas das peças genuínas. Embora caracterizadas pela sua adequação ou intercambialidade, podem ou não apresentar as mesmas especificações técnicas ou a mesma qualidade da peça genuína. Por exemplo, podem ser diferentes em relação ao material usado, à resistência proporcionada, à durabilidade, entre outros fatores. Essas peças são direcionadas ao mercado alternativo, e geralmente são fornecidas sem a logomarca da montadora.
         3. **Manutenção** é o conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenções periódicas e corretivas.
         4. **Manutenção preventiva** é a revisão regular a cada 20.000 km ou 01 (um) ano com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, compreendendo a substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e outros e a verificação de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Devem obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.
      2. A manutenção preventiva será realizada conforme quilometragem especificada pelo fabricante de cada veículo ou a cada 20.000 km independentemente da manutenção corretiva.
      3. É obrigatória a apresentação de relatório técnico de manutenção preventiva onde conste, sucintamente, o estado de funcionamento dos veículos reparados e/ ou vistoriados, bem como, a relação de peças substituídas, com seus respectivos códigos do fabricante, e os serviços realizados.
      4. Sempre que solicitado, deverá ser apresentado, no prazo de 24 horas, relatório descrevendo os motivos do desgaste e/ou dano da peça a ser substituída, a fim de identificar se a causa foi o desgaste natural, acidente ou imperícia.
      5. Os veículos, quando retirados para manutenção preventiva deverão ser devolvidos pela contratada em até 02 (dois) dias úteis após aprovado o orçamento pela DPE/PR.
      6. Os veículos que não tiverem os serviços aprovados deverão ser retirados da oficina e recolhidos em local indicado pela contratante.
      7. Fica terminantemente proibida a retirada de peças e equipamentos de um veículo para utilização/conserto de outro.
    1. DA MANUTENÇÃO PREDITIVA
       1. A Contratada deverá incluir em seus serviços de manutenção a Manutenção Preditiva, que consiste no acompanhamento periódico de parâmetros e condições de funcionamento dos veículos, com o objetivo de identificar e prever possíveis falhas ou desgastes em seus componentes e sistemas.
       2. A cada manutenção, a Contratada deverá fornecer à DPE/PR relatórios de Manutenção Preditiva, contendo os resultados das análises, as tendências observadas e as recomendações de intervenções.
       3. As intervenções decorrentes da Manutenção Preditiva deverão ser autorizadas pela DPE/PR, evitando-se ao máximo a indisponibilidade dos veículos, utilizando como referência de valores a planilha orçamentária da manutenção corretiva.
       4. A Contratada será responsável por manter os registros da Manutenção Preditiva e das intervenções realizadas, os quais deverão ser disponibilizados à DPE/PR sempre que solicitado.
    2. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA
       1. **Manutenção corretiva** é a atividade que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso compreendendo ainda:
          1. **Serviços de mecânica em geral:** visam à substituição ou correção de componentes existentes nos motores à gasolina, motores com a tecnologia flex, motores movidos a óleo diesel além dos serviços a serem realizados em caixa de câmbio, injeção eletrônica, bomba injetora, mangas e eixos de transmissão, bomba de água, sistema de freios, conjunto do sistema de embreagem, rolamentos, retentores, radiadores, válvulas dos motores, diferencial, distribuição eletrônica, caixa de câmbio automáticas e automatizadas, direção elétrica, direção hidráulica, módulos eletrônicos, alarmes além de outros serviços não especificados.
          2. **Sistema Elétrico:** serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos (faróis, lâmpadas, fusíveis, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros).
          3. **Sistema Hidráulico:** Serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (servo freio, caixa de direção e outros).
          4. **Borracharia completa:** consiste em remendos em pneus, com e sem câmara de ar, troca de pneus por pneus novos, câmaras de ar, recuperação de rodas entre outros serviços.
          5. **Balanceamento e alinhamento:** serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo.
          6. **Suspensão:** consiste em substituição e/ou reparos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e outros serviços.
          7. **Ar condicionado:** serviços de reparos no sistema de resfriamento do ar no interior do veículo.
          8. **Parte de funilaria e pintura:** Recuperação de para-choques, capotaria, lanternagem, plotagem, borracharia, fluido e acessórios de reposição, aplicação e reparo em fibra de vidro, pintura em geral.
       2. Será indicada lista de peças/acessórios referenciais para manutenção corretiva conforme Apêndice II deste Termo de Referência.
       3. **Na ausência de referência de preços para determinada peça/acessório conforme tabela de referência do Apêndice II,** deverá ser priorizada a substituição por peça equivalente, desde que atenda às especificações técnicas e requisitos necessários para a execução do serviço, e seja compatível com o veículo, conforme o item 1.2.4.14 deste Termo de Referência.
       4. Caso não seja possível a substituição por peça equivalente, será realizada pesquisa de mercado para definir o valor a ser pago.
       5. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, no mínimo três orçamentos obtidos junto a fornecedores distintos, acompanhados de justificativa detalhada, especificações técnicas e demais documentos necessários para comprovar a razoabilidade dos valores apresentados.
       6. A fiscalização do contrato analisará os orçamentos apresentados, verificando se os valores estão compatíveis com o mercado por meio de pesquisa própria ou outras bases de referência disponíveis.
       7. Caso sejam identificados indícios de sobrepreço ou incompatibilidade com os valores usualmente praticados, a CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar novos orçamentos ou justificativas adicionais.
       8. Caso os orçamentos sejam considerados compatíveis com o mercado, o pagamento será realizado com base na média dos três orçamentos apresentados, **aplicando-se o desconto ofertado pela CONTRATADA na apresentação da respectiva proposta.**
       9. A CONTRATADA não poderá recusar a execução do serviço ou fornecimento do insumo caso o valor estabelecido esteja dentro do preço médio de mercado identificado, sendo vedada a imposição de valores superiores aos praticados no setor.
       10. Os serviços de manutenção corretiva abrangem os sistemas mecânicos de direção, embreagem, escapamento, freio, motor, regulagem, suspensão, transmissão, retífica de motores, funilaria e pintura ou qualquer outra situação que possa ser necessária.
       11. **Aos sistemas eletro-eletrônico de:** alternador, motor de partida, motor do limpador de para-brisa, eletroventilador, chicote e lâmpadas, fusíveis, regulagem de faróis, ar condicionado, consertos de rádios.
       12. **Borracharia:** Troca e montagem de pneus novos e consertos de pneus.
       13. A substituição de peças, componentes, equipamentos, acessórios e outros só poderá ocorrer após aprovação pelo fiscal do contrato ou outro representante designado, para validá-lo, mediante indicação dos motivos de sua ineficiência, inoperância ou quaisquer defeitos que impliquem em risco de segurança ou que comprometam o funcionamento do veículo defeituoso.
       14. **O fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e outros a serem utilizados no caso de consertos dos veículos deverão ser novos; genuínos ou originais, ou recomendados pelo fabricante e compatíveis com o veículo.**
       15. Somente será admitida pelo Contratante a utilização de peças de acordo com o estabelecido na Norma Técnica NBR 15296 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
       16. Os materiais que tratam o item acima não poderão ser usados ou de procedência duvidosa.
       17. Em caso de necessidade de substituição de peças, equipamentos, componentes, ou acessórios, a empresa deverá fornecer orçamento com os valores, válidos da data da solicitação do orçamento, para apreciação e análise de preço por parte do fiscal do contrato.
       18. Para o custo total de manutenções corretivas ao longo do período de vigência do contrato, ou seja, o limite para gastos em manutenções corretivas, será adotado o percentual de 10% do valor do veículo, conforme valor contratado, sem considerar eventuais depreciações.
       19. A estimativa de até 10% do valor do veículo para manutenção corretiva foi definida como uma margem prudente, considerando custos com reparos e substituição de peças. Normalmente a manutenção corretiva é a mais onerosa, pois ocorre após falhas ou quebras e frequentemente exige urgência, o que aumenta o custo. Em contraste, manutenções preventiva e preditiva, embora caras inicialmente, são mais econômicas a médio e longo prazo, pois aumentam a vida útil dos veículos e reduzem problemas futuros. Essa margem também está alinhada a práticas observadas em gestão de frotas, servindo como referência para garantir eficiência orçamentária e operacionalidade contínua da frota.
    3. DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS
       1. **Fornecimento e instalação de pneus** 
          1. A empresa contratada deverá efetuar a substituição de pneus, conforme os preceitos da Resolução nº 558/80, de 15 de abril de 1980 (CONTRAN) ou sempre que um defeito de força maior exija sua substituição, desde que avaliado e autorizado pelo Fiscal do Contrato.
          2. Os pneus deverão ser novos, não reformados ou recauchutados ou remoldados, de acordo com as normas da ABNT/NBR, com selo do INMETRO e índice de carga, conforme recomendação do fabricante.
          3. O serviço de borracharia deverá ocorrer sempre que necessário, visto não prever a necessidade de sua ocorrência e será caracterizado pelo serviço de montagem e desmontagem de pneus, bem como pelo conserto, troca de pneus e câmara de ar, furados ou que tenham sofrido qualquer avaria.
       2. **Dos serviços de geometria, balanceamento de rodas**
          1. A empresa contratada deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo.
          2. A empresa contratada deverá executar o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, fazendo os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto.
       3. **Dos serviços de revisão do sistema de transmissão, direção, freios**
          1. A empresa contratada deverá realizar lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.
          2. A empresa contratada deverá realizar aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção e outros.
          3. A empresa contratada deverá realizar regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.
       4. **Dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento**
          1. A empresa contratada deverá realizar exame do radiador, verificação do nível de água, mangueiras, fluído de radiador e outros.
       5. **Dos serviços de revisão do motor**
          1. A empresa contratada deverá realizar verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.
       6. **Dos serviços de suspensão, elétrico e eletrônico**
          1. A empresa contratada deverá realizar verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros.
          2. A empresa contratada deverá realizar a verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.
       7. **Reabastecimento de Arla 32**
          1. A contratada deverá abastecer o reservatório de ARLA 32 que é um fluido solúvel em água para o pós-tratamento dos gases de escape NOx de motores diesel. Para o funcionamento adequado do pós-tratamento dos gases de escape, será necessário a utilização do ARLA 32 somente de acordo com a ISO 22241. A autonomia indicada de ARLA 32 depende, em grande parte, do estilo de condução e das condições de serviço. Por essa razão, a autonomia real pode ser diferente da autonomia calculada.
       8. **Serviços de Chaveiro** 
          1. Consiste nos serviços de abertura de portas de veículos, assim como na confecção de cópias de chaves simples ou codificadas, conserto de fechaduras de portas de veículos, de ignição e todos os outros serviços/materiais afins.
       9. Após a finalização dos serviços a contratada deverá apresentar breve relatório explicativo dos serviços efetivamente prestados, com descrição das peças e mão de obra.
  1. **DA JUSTIFICATIVA**
     1. A contratação desses serviços é justificável devido à necessidade de manutenção dos veículos, visando preservar o patrimônio público e prolongar a vida útil dos bens. Isso garante que os veículos estejam em perfeitas condições de funcionamento, possibilitando o atendimento seguro das demandas da instituição.
     2. A contratação anterior na DPE/PR contemplou contrato de manutenção de veículos oficiais (contrato n.º 31/2017), porém, destinado a uma frota de sete veículos leves e não de VANS itinerantes. Portanto, não há histórico de contratações para mesmo objeto.
     3. Como justificativa para as quantidades a serem contratadas, atualmente, a Defensoria Pública do Paraná possui 02 (duas) Vans Itinerantes.
     4. Considerando a complexidade dos procedimentos envolvidos em um processo licitatório e a ausência de um corpo técnico especializado na instituição que poderia realizar a compra das peças separadamente, não é viável o parcelamento. A contratação fragmentada poderia resultar em prejuízos para a DPE/PR, reforçando a necessidade de realizar a licitação de forma integrada para garantir a eficácia e eficiência no atendimento das demandas de manutenção.
     5. Como resultado esperado da contratação, pretende-se assegurar a integridade e conservação dos veículos, contribuindo para a preservação do patrimônio público. De igual modo, zelar pela segurança dos usuários dos veículos, já que desta forma promove um ambiente seguro para sua utilização.
  2. A DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO SERVIÇO SERÁ APRESENTADA NO QUADRO A SEGUIR:

| **GRUPO 1** | **ITEM** | **SERVIÇO** | **ESPECIFICAÇÕES** | **CATMAT** | **QUANTIDADE ESTIMADA** | **VALOR UNITÁRI. MÁX R$** | **VALOR TOTAL MÁX R$** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **01** | SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA | Manutenção Preventiva e Corretiva de 2 (dois) Veículos do Tipo VAN – Modelo Sprinter 417 CDI 14m³ | 3565 | 04 (duas manutenções preventivas por van) | R$ 2.614,77 | R$ 10.459,08 |
|  | **02** | SERVIÇOS MANUTENÇÃO CORRETIVA, SOB DEMANDA. | Sob Demanda | Conforme Tabela de peças (Apêndice II) | R$ 90.000,00 |
|  | **VALOR TOTAL MÁXIMO** | | | | | | R$ 100.459,08 |

1. **PLANO DE CONTRATAÇÕES**
   1. A presente contratação está em consonância com o Planejamento da DPE/PR, tendo sido incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) sob o número 030/2024[[1]](#footnote-0).
2. **FORMA DE CONTRATAÇÃO**
   1. Trata-se de prestação de serviços, a ser contratado por meio de licitação, conforme o Plano de Contratação Anual da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
   2. A modalidade de contratação será realizada por pregão eletrônico, conforme o disposto no Artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
   3. Considerando a natureza dos serviços de manutenção de veículos, que envolvem uma demanda contínua, porém com variações nos tipos de serviços e nas quantidades de peças necessárias, não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP). Opta-se pela celebração de contrato com execução sob demanda.
   4. O critério de julgamento será o maior desconto linear a ser aplicado sobre os preços unitários dos serviços de manutenção preventiva e dos itens constantes da planilha orçamentária, apresentada no Apêndice I. Este critério se justifica por se tratar de objeto de natureza comum e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado.
   5. O critério de adjudicação será por grupo, tendo em vista não ser tecnicamente indicado e economicamente vantajoso o parcelamento do objeto, conforme justificado no capítulo 12 do Estudo Técnico Preliminar.
   6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.
   7. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório, considerando às suas especificidades, os quais não puderem ser executados pela própria contratada, tais como:
      1. Revisão ou reparo do compressor de ar condicionado e carga de gás do veículo;
      2. Retífica de discos de freios;
      3. Revisão ou recondicionamento de caixa de direção;
      4. Revisão e reparo do gerador;
      5. Revisão e reparo do ar condicionado interno (referente ao escritório móvel);
      6. Revisão e reparo da recuperação ou reparo em roda de liga leve;
      7. Outros acessórios ou equipamentos que eventualmente necessitem de reparos também estão inclusos nesta disposição de subcontratação.
      8. A proibição completa da subcontratação não é adequada para a presente licitação, pois há serviços especializados que dependem de empresas específicas. Além do mais, não se encontram oficinas que possuam todos os equipamentos e capacidade técnica necessárias para executar tais serviços. Uma proibição total da subcontratação poderia prejudicar significativamente o processo licitatório.
      9. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPPR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.
      10. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, que consta no Apêndice III, juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.
      11. O prazo para a entrega dos documentos descritos no item acima é de até 5 (cinco) dias corridos após a aprovação do orçamento.
      12. A DPE/PR terá o prazo de até 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.
   8. Não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.
   9. Considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.
3. **REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS** 
   1. É facultado a vistoria para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente licitação.
      1. Caso seja realizada vistoria, deverá ser assinado o Termo de Visita Técnica (Apêndice IV), pelo representante da empresa e da DPE/PR.
      2. Caso o proponente opte por não realizar visita, assume responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto e condições para a correta prestação do serviço.
      3. A vistoria, se realizada pela empresa, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta, através do e-mail: [transportes@defensoria.pr.def.br](mailto:transportes@defensoria.pr.def.br), e acompanhada de representante da DPE/PR, a ser indicado.
      4. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.
   2. **Um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços compatíveis e pertinentes à revisão ou manutenção de pelo menos um veículo utilitário de grande porte.**
      1. **O atestado de qualificação técnica é necessário para assegurar a contratação de empresa que tenha o mínimo de experiência nesse tipo de veículo.**
      2. **O ACT deverá demonstrar a execução de serviços com quantitativos equivalentes a no máximo 50% da frota atual. Será considerado como lastro o consumo anterior da DPE/PR, conforme quadro a seguir**:

| Tipo de Serviço | ACT mínimo exigido |
| --- | --- |
| Manutenção preventiva | Prestação de serviços para no mínimo **1 veículo utilitário grande** com plano de manutenção baseado em quilometragem periódica |
| Manutenção corretiva | Prestação de serviços de reparos mecânicos e elétricos para no mínimo **1 veículo utilitário grande**, incluindo fornecimento de peças e mão de obra especializada. |

* 1. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:
     1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
     2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;
     3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;
     4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
     5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
     6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
     7. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
        1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
        2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
        3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
        4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
        5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

1. **FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**
   1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.
   2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
   3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
   4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
   5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.
   6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.
   7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e **vigerá por 12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.
2. **MODELO DE GESTÃO**
   1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios.
   2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Operações.
   3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de correspondência eletrônica e serão expedidas pela Coordenadoria de Logística, através do endereço eletrônico [transportes@defensoria.pr.def.br](mailto:transportes@defensoria.pr.def.br)
   4. O acompanhamento e fiscalização do contrato serão realizados pela fiscalização da CONTRATANTE.
   5. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.
   6. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG n° 375/2023.
   7. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos/serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.
3. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.
   2. CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.
   3. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.
   4. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação
   5. A CONTRATADA assume o compromisso de fornecer os produtos objeto da licitação, nos quantitativos solicitado pela Defensoria Pública e até as quantidades máximas registradas em cada item, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata de registro de preços, em conformidade com o edital de licitação.
   6. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.
   7. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
   8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
   9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
   10. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todos os prazos estabelecidos no contrato e no Termo de Referência, inclusive aqueles relacionados ao refazimento de serviços considerados insatisfatórios ou defeituosos, bem como à substituição de peças ou materiais, quando necessário, conforme determinação da DPE/PR.
   11. Zelar pela guarda dos veículos durante todo o período de manutenção, incluindo-se eventuais deslocamentos para serviços subcontratados e o período de guarda nesses locais, respondendo por quaisquer danos que venham a ocorrer entre o período de entrega e retirada do veículo por parte da Defensoria Pública.
   12. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiro decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
   13. A CONTRATADA deverá, sempre que o veículo for encaminhado para manutenção preventiva ou corretiva, realizar a verificação de todos os itens de segurança do veículo, conforme especificado no item 1.2.2.4, e executar as atividades de manutenção preditiva, necessárias para assegurar a integridade e o correto funcionamento do veículo.
   14. A empresa deverá se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados, ficando ainda, a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
   15. A empresa deverá cumprir tudo o que determina a convenção coletiva do Sindicato ou órgão deliberativo da categoria.
4. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.
   2. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
   3. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
   4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
   5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis.
5. **REGIME DE EXECUÇÃO**
   1. A prestação do serviço se iniciará com a vigência do Termo de Contrato firmado entre as partes.
   2. Para a realização dos serviços, a Defensoria Pública do Estado do Paraná levará o veículo a ser manutenido até as instalações da CONTRATADA.
      1. Na hipótese de parte dos serviços serem executados por intermédio de empresas subcontratadas, caberá à CONTRATADA o translado dos veículos para o serviço.

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

* 1. Nos casos de manutenção preventiva deverão ser observados os itens constantes do item 1.2.2.
  2. O acionamento da manutenção preventiva ocorrerá por meio de Ordem de Serviço, expedida pela Coordenadoria Logística da Defensoria Pública, observando o prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias para o agendamento do serviço.
  3. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva na data agendada para o serviço.
     1. O prazo para a realização da manutenção preventiva poderá ser estendido por até 01 (um) dia útil, desde que solicitado pela CONTRATADA de maneira fundamentada e tempestiva e aprovada pela fiscalização do contrato.
  4. A CONTRATADA deverá apresentar relatório completo de todos os serviços executados, incluindo-se eventuais peças e materiais aplicados.

**MANUTENÇÃO CORRETIVA**

* 1. Nos casos de manutenção preditiva/corretiva, deverão ser observados os itens da planilha orçamentária (Apêndice II)
  2. A manutenção corretiva terá início com o agendamento do serviço de análise e orçamentação, mediante Ordem de Serviço expedida pela Coordenadoria Logística.
     1. A CONTRATADA deverá recepcionar o veículo para a orçamentação dos serviços de manutenção corretiva em até 02 (dois) dias úteis.
  3. A orçamentação deverá ser apresentada em até 03 (três) dias úteis após a entrega do veículo.
  4. Os orçamentos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, de forma detalhada, em laudo técnico, contendo:
     1. Os procedimentos propostos para a solução de outros problemas detectados.
     2. Descrição dos serviços necessários aos reparos solicitados;
     3. Marca, modelo/ano e número de placa do veículo, o nome, o código da peça do fabricante, a quantidade de peças e / ou acessórios a serem substituídos;
     4. Número de horas necessárias à execução;
     5. Número e data do orçamento;
     6. Prazo de garantia;
     7. Valor total dos serviços, peças e acessórios;
        1. Na hipótese de ausência de determinados itens na planilha orçamentária, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado, especificando os itens a serem submetidos à manutenção, acompanhados dos seus respectivos códigos do fabricante e os valores correspondentes.
        2. A definição dos valores a serem pagos por esses itens seguirá o procedimento estabelecido nas cláusulas 1.2.4.4 e 1.2.4.5 deste Termo de Referência.
        3. Ao receber o respectivo orçamento, a Defensoria realizará a análise no mercado visando aferir se os valores constantes no orçamento se encontram dentro dos referenciais do mercado.
        4. Nos casos em o serviço/item não esteja previsto na planilha orçamentária (Apêndice II), o gestor designado pela CONTRATANTE, caso não concorde com os preços apresentados pela CONTRATADA, providenciará 03 (três) orçamentos do material, para formação do preço médio, que servirá de parâmetro para negociação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA, não sendo admitida a compra do valor acima do preço médio de mercado.
     8. Prazo para a realização dos serviços corretivos, por veículo, conforme prazo máximo estipulado na tabela abaixo:

| SERVIÇOS | PRAZO MÁXIMO |
| --- | --- |
| Serviços, sem fornecimento de peças, no valor máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais). | 5 dias úteis |
| Serviços, com fornecimento de peças, no valor máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais). | 10 dias úteis |
| Serviços, sem fornecimento de peças, com valor igual ou acima de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo). | 10 dias úteis |
| Serviços, com fornecimento de peças, com valor igual ou acima de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo). | 20 dias úteis |

* + - 1. Os prazos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, a critério exclusivo da Defensoria Pública, mediante solicitação fundamentada e tempestiva da CONTRATADA, e analisados e decididos pela fiscalização contratual.
  1. Após a recepção do orçamento, a Defensoria Pública terá 03 (três) dias úteis para a sua contestação, revisão ou aprovação.
     1. A Defensoria Pública deverá retirar o veículo do estabelecimento da CONTRATADA em até 01 (um) dia útil após expirado o prazo previsto no item 9.11, desde que não aprove o orçamento, nem o conteste ou peça a sua revisão.
     2. Nas hipóteses de contestação e/ou pedido de revisão do orçamento, a CONTRATADA deverá se manifestar em até 02 (dois) dias úteis, período em que o veículo permanecerá no seu estabelecimento.
  2. A Defensoria Pública poderá realizar a aprovação parcial do orçamento, devendo a CONTRATADA executar e fornecer somente o que for aprovado.
  3. Após a análise, a Defensoria Pública emitirá Ordem de Serviço, na qual constará o orçamento aprovado, sendo esse o marco temporal para o início da execução dos serviços corretivos.
     1. Durante a execução dos serviços corretivos, caso se constate a necessidade de ampliação do escopo da Ordem de Serviço, a Defensoria Pública deverá ser comunicada imediatamente para análise e decisão.
        1. A comunicação de ampliação do escopo do reparo deverá ser justificada formalmente e deverá ser protocolada junto à fiscalização do contrato, munida de orçamentação, nos moldes estipulados neste Termo de Referência.
        2. Caso a ampliação do escopo do reparo seja aprovada, integral ou parcialmente, a Defensoria Pública emitirá aprovação formal, constando, caso necessário, prazo adicional para realização dos reparos.
        3. Caso a ampliação do escopo do reparo seja negada, o prazo originalmente previsto para os reparos fica mantido, podendo ser dilatada, a critério exclusivo da Defensoria Pública, somente pelo período exato àquele necessário à análise da orçamentação adicional.
  4. Ao final da manutenção corretiva, caberá à CONTRATADA apresentar o relatório final do conserto, por veículo, contendo todos os serviços e as peças defeituosas ou desgastadas que foram substituídas, além de teste de rodagens, quando necessário.
  5. **CONDIÇÕES COMUNS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**
     1. A contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva na cidade de Curitiba/PR.
     2. Na data de realização dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva ou orçamentação, o veículo será entregue à CONTRATADA, que deverá entregar termo de entrada e responsabilidade pelo veículo, incluindo vistoria preliminar acerca das condições da lataria, vidros, estofamento, rodas e pneus, quilometragens, entre outras, conforme checklist da CONTRATADA.
        1. Após a realização dos serviços de manutenção preventiva e ou corretiva ou orçamentação, a Defensoria Pública deverá receber o veículo, conferindo as condições de lataria, vidros e estofamento, dando baixa ao termo de responsabilidade apresentado pela CONTRATADA.
     3. Os serviços executados, bem como fornecimento de peças e acessórios, deverão ser genuínos, originais, ou recomendados pelo fabricante e compatíveis com o veículo e ter garantia mínima de noventa dias ou, no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, a periodicidade determinada pelo fabricante, devendo ser adotada a maior delas.
     4. A contratada deverá oferecer garantia dos serviços executados por um período de 90 (noventa) dias ou 5.000 km rodados a partir da emissão da nota fatura.
        1. As peças, componentes, acessórios e materiais utilizados nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima prevista na cláusula anterior.
     5. A empresa contratada deverá providenciar, quando houver necessidade de substituições de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, orçamento, com os valores à vista das tabelas de preços das fabricantes, que deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato com o desconto contratual disposto na proposta de preços que, por sua vez, autorizará, ou não, a execução do serviço com a possível reposição de peças e acessórios.
        1. A substituição das peças deverá ser efetuada com peças originais de primeiro uso, não recondicionadas, recomendadas pelo fabricante e por normas técnicas vigentes.
     6. Os veículos, objeto da presente licitação não poderão sofrer intervenção de terceiros, sem prévia autorização por escrito da Defensoria ou nos casos em que a empresa contratada não seja autorizada pelo fabricante para realizar serviços nos veículos, sem haver a perda da garantia.
     7. O pagamento das peças fornecidas será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, na qual deverão ser discriminadas todas as peças fornecidas.
        1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal deste ajuste, ou comissão designada para esse fim, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da comunicação escrita da CONTRATADA informando a entrega ou a conclusão da execução do objeto.
        2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor deste ajuste, ou comissão designada para esse fim, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.
        3. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.
        4. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto devem observar o procedimento estabelecido no Termo de Referência, bem como o previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.
  6. **DAS HIPÓTESES DE REFAZIMENTO DO SERVIÇO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DEFEITUOSAS**
     1. Durante o prazo de garantia estabelecido na cláusula 9.15.4, a CONTRATADA obriga-se a refazer, às suas expensas, os serviços considerados insatisfatórios, bem como a proceder à substituição de quaisquer materiais ou peças com defeito, **no prazo máximo correspondente à metade daquele originalmente estipulado para a execução do serviço, conforme previsto na cláusula 9.10.8**.
        1. O prazo será contado em dias úteis a partir do recebimento da notificação formal expedida pela Coordenadoria Logística da Defensoria Pública, sendo o atendimento devidamente registrado na respectiva Ordem de Serviço, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE.
        2. Os prazos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, a critério exclusivo da Defensoria Pública, mediante solicitação fundamentada e tempestiva da CONTRATADA, e analisados e decididos pela fiscalização contratual.
     2. Fora do prazo de garantia, a CONTRATADA continuará responsável pela correção, substituição ou refazimento dos serviços e/ou peças fornecidas, quando constatado vício oculto ou defeito cuja origem seja relacionada à má execução dos serviços ou ao fornecimento inadequado de materiais, desde que identificado dentro do prazo de vida útil razoável do item ou do serviço prestado.
        1. Nesses casos, a obrigação de refazimento observará os mesmos prazos e condições definidos na cláusula 9.16.1, iniciando-se a contagem a partir da notificação formal expedida pela Coordenadoria Logística da Defensoria Pública.

1. **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**
   1. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
   2. O responsável pela fiscalização e/ou gestão do contrato deverá utilizar este Instrumento de Medição de Resultado para verificar a execução dos serviços no momento de atestar a Nota Fiscal;
   3. O ajuste de pagamento será feito com base na aferição final, devendo o responsável encaminhar este IMR com a devida aferição até o 2º dia útil após o término da manutenção veicular para a CFIS – Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios;
   4. Este será o modelo para verificação da qualidade dos serviços conforme objeto descrito no Termo de Referência;
   5. Todas as ocorrências devem ser anotadas pela pessoa responsável devendo esta registrá-las apontando o dia e horário da ocorrência;
   6. Previamente à aplicação das penalidades apontadas pelo gestor do contrato, poderá a empresa Contratada apresentar defesa, no prazo de 48 horas contado a partir da data em que for notificada a respeito.

## No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa por parte do fornecedor, apenas em casos que se tenha dúvida sobre a ocorrência do fato que gerou a penalidade, por se tratar de um procedimento que de forma geral tem seus critérios objetivos e claros;

* 1. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo responsável da DPE/PR, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

| **INDICADOR 1 - CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS** | |
| --- | --- |
| **Item** | **Descrição** |
| **Finalidade** | Cumprir os prazos estabelecidos na execução do objeto |
| **Meta a cumprir** | Realizar a manutenção dos veículos no prazo estabelecido/combinado |
| **Instrumento de medição** | Registro de ocorrências |
| **Forma de acompanhamento** | Controle dos gestores e fiscais do contrato. |
| **Periodicidade** | Por solicitação enviada à contratada. |
| **Mecanismo de cálculo** | -Atraso de até 02 (dois) dias úteis na entrega do orçamento – ocorrência de GRAU 01  -Atraso de até 03 (três) dias úteis na entrega do veículo– Ocorrência de GRAU 01  --Atraso de 02 (dois) dias úteis até 04 (quatro) dias úteis na entrega do orçamento – ocorrência de GRAU 02  -Atraso de 04 até 06 (seis) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 02  -Atraso de 04 (dois) dias úteis até 06 (seis) dias úteis na entrega do orçamento – ocorrência de GRAU 03  -Atraso de 07 até 10 (dez) dias úteis na entrega do veículo – Ocorrência de GRAU 03  -Atrasos superiores a 06 (seis) dias úteis para os orçamentos e de 10 (dez) dias úteis para a entrega do veículo ou que comprometam as agendas de mutirão da DPE/PR. – Ocorrência de GRAU 04 |
| **Início de Vigência** | Os atrasos contarão a partir do primeiro dia útil subsequente do descumprimento da data combinada com a CONTRATADA para entrega do veículo em manutenção preventiva ou corretiva. O acordo sobre a data de entrega do veículo deverá ser formalizado por meios possíveis de comprovação posterior. |
| **Faixas de ajuste no pagamento** | Ocorrência GRAU 01 – 10% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal.  Ocorrência GRAU 02 – 20% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal.  Ocorrência GRAU 03 – 25% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal.  Ocorrência de GRAU 04 – 30% de desconto sobre o valor da Nota Fiscal com aplicações de sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023. |
| **Sanções** | Sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023 da Defensoria Pública do Paraná, disponível no site institucional. |
| **Observações** | A contratada terá 24 horas para justificar a falta de cumprimento dos prazos antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação. |

| **INDICADOR 2 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS** | |
| --- | --- |
| **item** | **Descrição** |
| **Finalidade** | Promover a qualidade dos serviços contratados |
| **Meta a cumprir** | Garantir que durante o período de execução do contrato as vans não fiquem paradas por má execução dos serviços |
| **Instrumento de medição** | Registro de ocorrências e Índice de Retrabalho |
| **Forma de acompanhamento** | Controle e análise dos veículos. |
| **Periodicidade** | A cada serviço de manutenção |
| **Mecanismo de cálculo** | Diagnóstico incompleto ou incorreto que implique retrabalho com nova paralisação do veículo – Ocorrência GRAU 01  Problemas no veículo que poderiam ser evitados com as revisões preventivas do veículo – GRAU 02 |
| **Início de Vigência** | A partir do início da vigência contratual. |
| **Faixas de ajuste no pagamento** | Ocorrência GRAU 01 – Desconto de 10% sobre o Valor da Nota Fiscal  Ocorrência GRAU 02 – Desconto de 20% sobre o Valor da Nota Fiscal  Nas recorrências serão aplicadas Sanções. |
| **Sanções** | Sanções previstas na Deliberação CSDP 043/2023 da Defensoria Pública do Paraná, disponível no site institucional. |
| **Observações** | A contratada terá 2 dias úteis para justificar o retrabalho ou demais situações conforme acima antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação. |

| **INDICADOR 3 - CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE REFAZIMENTO DE SERVIÇOS EM GARANTIA** | |
| --- | --- |
| **item** | **Descrição** |
| **Finalidade** | Assegurar a correção tempestiva dos serviços insatisfatórios ou defeituosos, durante o período de garantia contratual ou, excepcionalmente, fora dele, quando se tratar de vício oculto. |
| **Meta a cumprir** | Realizar o refazimento dos serviços ou a substituição de peças defeituosas no prazo máximo estipulado na cláusula 9.16.1 do Termo de Referência. |
| **Instrumento de medição** | Registro de ocorrências e Ordens de Serviço emitidas pela Coordenadoria Logística da DPE/PR. |
| **Forma de acompanhamento** | Verificação pela fiscalização do contrato do atendimento às notificações enviadas para correção dos serviços ou substituição de itens defeituosos, nos prazos previstos. |
| **Periodicidade** | Sempre que for identificada a necessidade de refazimento de serviços ou substituição de peças durante o período de garantia ou diante da constatação de vício oculto. |
| **Mecanismo de cálculo** | - Atraso de até 02 (dois) dias úteis no cumprimento do prazo estipulado na notificação – Ocorrência de GRAU 01  - Atraso de 03 (três) até 05 (cinco) dias úteis – Ocorrência de GRAU 02  - Atraso de 06 (seis) até 08 (oito) dias úteis – Ocorrência de GRAU 03  - Atraso superior a 08 (oito) dias úteis – Ocorrência de GRAU 04  Para os casos de vício oculto, os prazos serão contados a partir da constatação formal pela fiscalização, mediante notificação à contratada. |
| **Início de Vigência** | A partir do início da vigência contratual. |
| **Faixas de ajuste no pagamento** | Ocorrência GRAU 01 – Desconto de 10% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente  Ocorrência GRAU 02 – Desconto de 20% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente  Ocorrência GRAU 03 – Desconto de 25% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente  Ocorrência GRAU 04 – Desconto de 30% sobre o valor da Nota Fiscal correspondente, além da aplicação das sanções cabíveis |
| **Sanções** | Sanções previstas na Deliberação CSDP nº 043/2023 da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disponível no site institucional. |
| **Observações** | A contratada terá 24 horas para justificar a falta de cumprimento dos prazos antes da aplicação das ocorrências. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação. |

1. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
   1. Considerando a contratação elencada nesse estudo e em atenção ao Art. 18, §1º, XII, 14.133/2021, a manutenção dos veículos poderá ocasionar a geração de resíduos e rejeitos tóxicos, sendo assim, é necessário seguir as orientações da Cartilha de Destinação de Materiais Veiculares, publicada pela Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, a Resolução Conama n.º 362/2005 que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado além da Resolução Conama n.º 416/2019 a qual dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. Além disso, a fim de mitigar os impactos ambientais, todos os procedimentos que envolvam impressão de papel deverão ser evitados, sendo, preferencialmente, realizados por meio eletrônico.
2. **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
   1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.
   2. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, referente à cada serviço efetivamente realizado, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis.
   3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;
   4. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.
   5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.
   6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
   7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

## Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

## A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

## Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

## Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

## Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

1. **DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** 
   1. As condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estão definidas em Contrato, observando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução DPG n.º 375/2023.
   2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[29/05/2025] a [29/05/2026]**, conforme disposições do contrato.
2. **GARANTIA CONTRATUAL**
   1. Não será exigida garantia contratual, conforme Anexo IV, Art.18, §2º, I, da RES DPG 375/23.
3. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas na minuta contratual de acordo com a Deliberação CSDP n.º 043/2023.
4. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
   1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG nº 375/2023, Deliberação CSDP nº 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei n° 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.
   2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.
5. **FORO**
   1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO**

## **1. Veículo**

Modelo: Mercedes-Benz Sprinter 417 CDI / Configuração: Furgão 14m³ – Teto Alto

Ano Fabricação: 2023 / Ano Modelo: 2024

## **2. Características Técnicas**

Motor: OM 654 CDI | Diesel, 4 cilindros em linha, Turbo | 2,0 litros

Potência: 170 cv (125 kW) a 3.800 rpm / Torque: 40,8 kgf.m (400 Nm) a 1.700 rpm

Legislação de Emissões: PROCONVE P8

Transmissão: Mecânica de 6 marchas (ZF-6S 480)

## **3. Dimensões e Capacidades**

Distância entre eixos: 4.325 mm / Comprimento total: 6.967 mm

Altura total do veículo: 2.568 mm (carregado) / 2.663 mm (descarregado)

Largura sem espelhos: 2.020 mm

Diâmetro de giro: 15.300 mm

## **4. Pesos**

Peso Bruto Total (PBT): 4.100 kg

Peso Bruto Total Combinado (PBTC): 6.100 kg

Peso em ordem de marcha: 2.418 kg

Carga útil (NBR 6070): 1.682 kg

## **5. Chassi e Suspensão**

Direção: Elétrica

Tração: Traseira

Suspensão dianteira: Independente com molas transversais parabólicas, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora

Suspensão traseira: Rígido com molas parabólicas, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora

## **6. Sistema Elétrico**

Alternador: 14V / 250A

Bateria: 12V / 92Ah

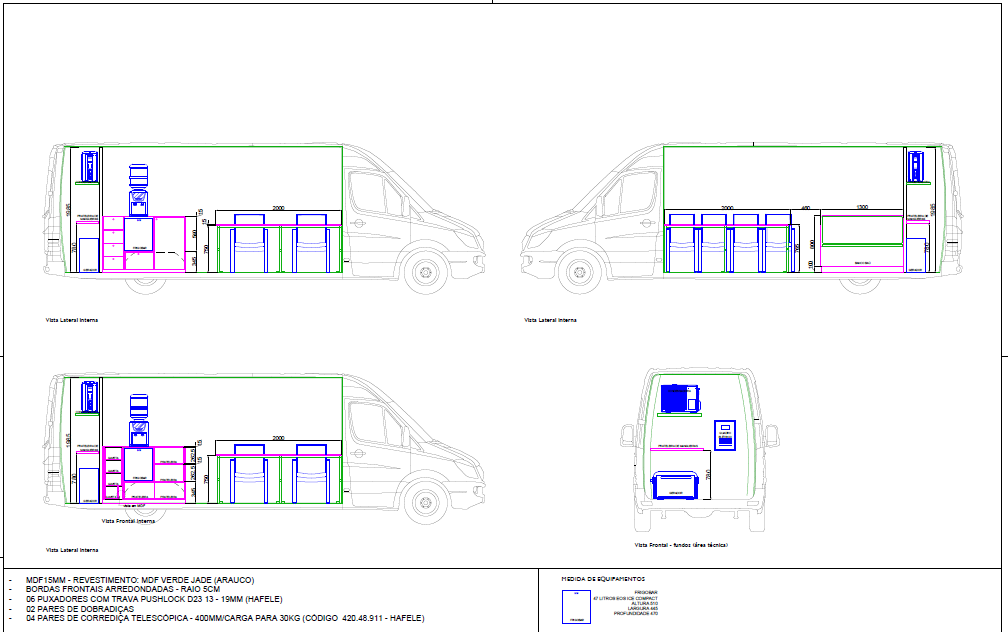
## **7. Pneus**

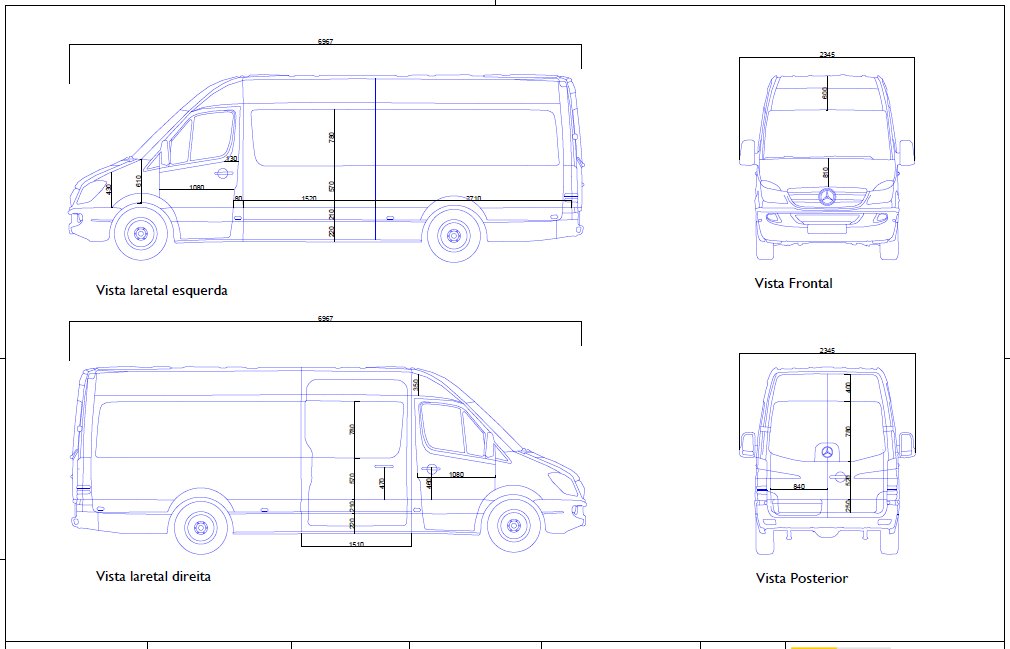
Dimensão: 225/75 R16C

## **8. Tanques**

Combustível: 71 litros

ARLA 32: 22 litros





**APÊNDICE II – TABELA TEMPÁRIA E LISTA DE PEÇAS REFERENCIAIS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

| **VALOR MÉDIO SERVIÇOS - HORA/HOMEM R$ 123,75** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PEÇAS CORRETIVA** | **VALOR** **UNITÁRIO DA PEÇA** | **TEMPO (Unitário)** | **PREÇO ESTIMADO SERVIÇOS (UNITÁRIO)** | **PREÇO ESTIMADO PEÇAS + SERVIÇOS (UNITÁRIO)** |
|
| Correia Poly v | R$ 1.061,20 | 1,30 | 160,88 | R$ 1.222,08 |
| Sensor de Desgaste Lona | R$ 52,85 | 0,50 | 61,88 | R$ 114,73 |
| Tensor da Correia | R$ 2.531,84 | 1,00 | 123,75 | R$ 2.655,59 |
| Polia Inversora | R$ 1.014,98 | 1,30 | 160,88 | R$ 1.175,86 |
| Sensor de Desgaste Lona | R$ 110,25 | 0,50 | 61,88 | R$ 172,13 |
| Perna do Amortecedor | R$ 3.896,49 | 2,00 | 247,50 | R$ 4.143,99 |
| Amortecedor | R$ 1.206,05 | 2,00 | 247,50 | R$ 1.453,55 |
| Jogo Peças da Lona Freio | R$ 1.108,38 | 2,00 | 247,50 | R$ 1.355,88 |
| Pneu Aro 16 225/75R 16C | R$ 1.159,30 | 0,35 | 43,31 | R$ 1.202,61 |
| Bateria Mínimo 90Ah | R$ 1.113,67 | 0,50 | 61,88 | R$ 1.175,55 |
| Jogo Velas | R$ 859,91 | 0,40 | 49,50 | R$ 909,41 |
| Lâmpada Luz Alta H15 – 55W | R$ 685,20 | 0,25 | 30,94 | R$ 716,14 |
| Lâmpada H7 55W | R$ 60,24 | 0,25 | 30,94 | R$ 91,18 |
| Lâmpada Indicadora de Direção - PY 21W | R$ 55,21 | 0,25 | 30,94 | R$ 86,15 |
| Jogo Palheta Dianteira Sprinter | R$ 410,65 | 0,25 | 30,94 | R$ 441,59 |
| Reservatório de água | R$ 560,83 | 0,60 | 74,25 | R$ 635,08 |
| Arla 32 Litro | R$ 9,81 | 0,25 | 30,94 | R$ 40,75 |
| Fluido de Freio Litro – MB-Freigabe ou MB-Approval 331.0 | R$ 134,62 | 1,00 | 123,75 | R$ 258,37 |
| Filtro de Ar Condicionado | R$ 120,09 | 0,50 | 61,88 | R$ 181,97 |
| Filtro Anti Polen Ar Condicionado (carvão ativado) | R$ 308,27 | 0,50 | 61,88 | R$ 370,15 |
| Fluido de Câmbio Litro | R$ 77,78 | 3,50 | 433,13 | R$ 510,91 |
| Fluido do Diferencial Litro SINT 75W90 GL5 | R$ 299,55 | 0,50 | 61,88 | R$ 361,43 |
| Jogo Pastilha Traseira Sprinter Rodagem Simples | R$ 702,03 | 0,50 | 61,88 | R$ 763,91 |
| Jogo Pastilha de freio Dianteira | R$ 825,75 | 0,50 | 61,88 | R$ 887,63 |
| Barra Dir Axial Sprinter | R$ 1.083,98 | 0,75 | 92,81 | R$ 1.176,79 |
| Terminal de Direcao Lado Dir | R$ 1.499,13 | 1,50 | 185,63 | R$ 1.684,76 |
| Terminal de Direcao Lado Esquerdo | R$ 1.463,29 | 1,50 | 185,63 | R$ 1.648,92 |
| Pivo Susp Esq/Dir | R$ 2.470,24 | 1,50 | 185,63 | R$ 2.655,87 |
| Coxim Batedor Amort Diant | R$ 560,71 | 2,00 | 247,50 | R$ 808,21 |
| Bieleta Susp Diant LD e LE | R$ 466,48 | 0,50 | 61,88 | R$ 528,36 |
| Reservatório do Líquido Arrefecimento | R$ 761,20 | 0,60 | 74,25 | R$ 835,45 |
| Água Desmineralizada/Destilada Litro | R$ 9,99 | 1,00 | 123,75 | R$ 133,74 |
| Bomba D´Água | R$ 5.128,43 | 2,00 | 247,50 | R$ 5.375,93 |

**APÊNDICE III: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO**

À

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Ref.: **Edital nº */*\_ - Contrato nº \_/\_\_**

Eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador do RG nº **[número]** e CPF nº **[número]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[número]**, com sede à **[endereço completo da empresa]**, declaro, sob as penas da lei, o seguinte:

1. Que, nos termos do edital de licitação e do contrato, comprometemo-nos a realizar a subcontratação exclusivamente das etapas permitidas no referido documento, que incluem **[descrever as etapas específicas permitidas para subcontratação]**, assegurando o cumprimento integral das condições estabelecidas.
2. Que a subcontratação será formalizada por meio de contratos regulares, cuja cópia se encontra anexada a esta declaração.
3. Que assumimos total responsabilidade pelos atos, condutas e execução dos serviços realizados pela subcontratada, garantindo a observância das normas técnicas, legais e contratuais, bem como a inexistência de vínculo direto entre a subcontratada e a CONTRATANTE.
4. Que a subcontratada atenderá às exigências previstas no edital e nos instrumentos convocatórios, incluindo o cumprimento de protocolos de segurança, documentação de cadeia de custódia e sigilo dos dados envolvidos.
5. Que não há em nossos quadros funcionais menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, conforme previsto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para os devidos fins.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano]**



**[Nome do Representante Legal]**  
[Cargo na Empresa]  
[Nome da Empresa]

**APÊNDICE IV: DECLARAÇÃO DE VISTORIA/CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS**

[MODALIDADE DO CERTAME] N° \_\_\_\_\_/20 \_\_\_\_\_

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

OBJETO:

( ) Declaramos, como responsável designado pela empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,que realizamos a vistoria dos veículos da DPE/PR, modelo Sprinter, objeto da [MODALIDADE DO CERTAME] nº\_\_\_\_\_, no dia \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, no local \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Durante a vistoria, tomamos ciência das condições dos veículos, bem como de todos os detalhes e especificações do objeto da contratação, incluindo os serviços a serem prestados e as informações contidas no Termo de Referência e seus Apêndices.

Declaramos que, se vencedores desta licitação, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos.

( ) Declaramos, como responsável designado pela empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que temos completo conhecimento das condições dos veículos da DPE/PR, modelo Sprinter, objeto da [MODALIDADE DO CERTAME] nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, bem como de todos os detalhes e especificações do objeto da contratação, incluindo os serviços a serem prestados e as informações contidas no Termo de Referência e seus Anexos.

Declaramos que nos foi dada a oportunidade de realizar a vistoria dos veículos, mas, por nossa livre e espontânea vontade, optamos por dispensá-la, assumindo total responsabilidade por essa decisão e por eventuais consequências que dela possam advir.

[Município], \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 202\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DESIGNADO

1. https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Plano-de-Contratacao-Anual-PCA [↑](#footnote-ref-0)